

Igreja, Religião e Disciplina Fabril no contexto da industrialização brasileira

João Miguel Teixeira Godoy¹

DOI:10.4025/rbhranpuh.v8i22.28015

Resumo: A Igreja Católica desempenhou um papel importante no processo de emergência e consolidação da sociedade industrial no Brasil no século XX. Como pode ser demonstrado por um conjunto de iniciativas pontuais, empresários industriais, auxiliados por membros da hierarquia eclesial e orientados pela Encíclica *Rerum Novarum*, desenvolveram todo um conjunto de obras sociais visando redirecionar as potencialidades de conflito contidas nas relações entre capital e trabalho.

Palavras chaves: Religião, industrialização, trabalho

Church, Religion and Discipline Manufacturing the Brazilian industrialization

Abstract: The Catholic Church played an important role in the emergence and consolidation of industrial society in Brazil in the twentieth century. As demonstrated by a number of specific initiatives, industrial entrepreneurs, aided by members of the ecclesial hierarchy and targeted the Encyclical *Rerum Novarum*, developed a range of social projects aimed at redirecting the conflict potential inherent in relations between capital and labor.

Key words: Religion, industrialization, work

Recebido em 01/06/2015 - Aprovado em 15/07/2015

A presença atuante da Igreja Católica no processo de modernização capitalista da sociedade brasileira, ao longo do século XX, adquiriu, sem dúvida, dimensões decisivas. A ponto de o recente regime de dieta forçada que se vê submetida, de encolhimento proporcional e recuo da instituição, em termos de adesões e de intervenção na vida política nacional, ter se tornado, na expressão de Flávio Pierucci, o tema e o problema central a ser explicado pela sociologia das religiões no Brasil: “sociologia do catolicismo em declínio” (PIERUCCI, 2004, 19). Mas afirmar apenas que a instituição rendeu-se à força das circunstâncias, seria ignorar as próprias decisões internas de seus dirigentes no sentido de escolhas possíveis entre mudanças de orientação e projetos alternativos. Sem esquecer obviamente toda a diversidade de tendências que lhe são próprias. De qualquer maneira, é perceptível o contraste entre os dois momentos.

¹ Docente do PPG em Ciências da Religião e da Fac de História da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Email: joaomiguelto@yahoo.com.br

Portanto, seria esta a problemática geral que completa o horizonte dentro do qual o presente texto se insere, embora não seja tratada aqui diretamente. Mas a proposta subjacente é a de que uma possível estratégia de enfrentamento do problema seria a entender, com maior precisão possível, os múltiplos aspectos que definem a instituição Igreja Católica no modo como se configurou no Brasil no correr do século XX. Resultado de uma síntese difícil de pelo menos três elementos, a saber, os resultados práticos e institucionais do processo de reincorporação da Igreja Brasileira ao catolicismo mundial²; os movimentos de convergência e divergência que marcam a relação Estado e Igreja no Brasil; e as especificidades do nosso processo de modernização capitalista. Por ora, interessa-nos aqui apontar para alguns aspectos do primeiro momento. Momento este de construção de um projeto ambicioso de cristianização, ou recristianização, de todas as instituições da sociedade brasileira, batizado então de neo-cristandade.

Nas suas formulações mais radicais, não se tratava apenas de garantir a sobrevivência da Igreja na nova ordem social, urbana, industrializada, mas construir um modelo de nação cristã. Nesse sentido, a inauguração, em 12 de outubro de 1931, da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, com a presença de Dom Leme, Getúlio Vargas e todo seu Ministério, possuiu um sentido preciso. Na ocasião, Dom Leme consagra a nação ao Coração Sacratíssimo de Jesus, reconhecendo-o “para sempre seu Rei e Senhor”³ Simbolicamente, é inevitável a comparação com a ereção da Cruz e realização da Primeira Missa em 1500, logo após a chegada dos conquistadores portugueses, consagrando as novas terras descobertas. Creio que a compreensão precisa desse momento, a chamada neo-cristandade, contribuiu para a construção de uma estrutura institucional abrangente, mas também para uma certa imagem da Igreja no Brasil. Estrutura e imagem que certamente interferem nas possibilidades e limites que se colocam para a instituição no momento atual.

O propósito do presente artigo é apenas explorar uma pequena faceta desse projeto mais abrangente. Tentar estabelecer algumas linhas de atuação da Igreja na primeira metade do século XX, e o modo como foi investindo de um sentido religioso espaços originalmente laicizados. Como, por exemplo, as fábricas. Um conjunto de experiências, aparentemente dispersas, podem ser reunidas e analisadas no sentido de se vislumbrar um projeto em andamento. De qualquer maneira, antes de apontar tais experiências faz-se necessário apresentar alguns elementos do contexto, algumas variáveis relacionadas à própria situação da Igreja Católica no período pós separação do Estado, mas também alguns elementos que caracterizam o processo de industrialização brasileiro, principalmente numa fase nova que se inicia nos anos de 1930 e 40.

A investigação do envolvimento da Igreja Católica com os grupos sociais médios e altos, que passaram a se consolidar nas principais cidades industriais brasileiras

² Ver CAVA, 1992.

³ Ver BEOZZO, J.O., 1986.

na primeira metade do século XX, revela que o processo de modernização capitalista da sociedade brasileira neste período, impactou decisivamente nos rumos e orientações de seu trabalho pastoral e, portanto, nas estratégias de reorganização e consolidação da instituição no período republicano, após a separação do Estado. Isso porque foi necessário todo um esforço de análise das ameaças e possibilidades do novo ambiente em que passou a atuar e de identificação dos novos adversários e aliados, reais, imaginários e potenciais. Uma vez que a Igreja transitou de um situação na qual se identificava como instância organizadora da vida espiritual, unida institucionalmente ao aparelho estatal, para outra na qual se transfigura, começa a organizar-se como organismo da sociedade civil, como “aparelho privado de hegemonia”, na expressão de Gramsci⁴. Isso mesmo considerando o caráter ainda incipiente da sociedade civil no Brasil nesse primeiro período republicano.

Onde o parlamento ainda dependia muito do Executivo, os partidos assemelhavam-se a confrarias controladas por chefes oligarcas locais, e onde a vida intelectual e cultural padecia de certo caráter ornamental. Cenário este que começa a se alterar nos anos de 1920, com os avanços das relações capitalistas e uma maior complexificação da sociedade, o surgimento dos setores médios urbanos e operários, diversificando as associações, surgimento de uma imprensa operária alternativa, e uma nova dinâmica social. Nesse contexto, quanto ao impacto sobre a Igreja, poder-se-ia esperar transformações profundas no modo como se organizava internamente e de como passou a intervir na dinâmica da sociedade. A própria dinâmica global da instituição, bem como sua identidade, foi se moldando nesse processo.

A partir desse momento, e nos seguintes, a opção pelas classes médias e altas, por um lado, e também com o grupo de dirigentes políticos, sobretudo no Período Vargas⁵, teve implicações importantes. Pode-se apontar para o custo dessa escolha em termos de uma elitização da Igreja e um distanciamento das massas populares, trabalhadores do campo e da cidade.⁶ Mas esta interpretação precisa ser melhor discutida a partir da consideração dos princípios e contextos que definiram o surgimento de uma linha do catolicismo social, sobretudo a partir da Encíclica *Rerum Novarum* de João XIII 1891, documento onde a orientação de se distanciar tanto do comunismo, por um lado, quanto do liberalismo de outro, colocava a Igreja numa posição de mediação orientada pelo conceito de paz social, com o objetivo não de reverter a hierarquia social mas a tornar mais legítima e aceitável. Sendo assim, é preciso rever algumas interpretações utilizadas muitas vezes com excessiva facilidade para entender o envolvimento de membros do clero com industriais e políticos do período em questão.

Interessa-nos observar que a resultante institucional e política desse momento, chamado por alguns de neo-cristandade, define de modo decisivo a natureza e os

⁴ Não pretendemos entrar aqui no mérito do conceito de Gramsci, mas apenas nos servir dele para apontar uma mudança histórica.

⁵ Ver BEOZZO, 1989.

⁶ As críticas nesse sentido muitas vezes implica olhar para o período a luz das opções que determinados setores da Igreja progressista adotaram nos períodos posteriores ao Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação.

significados das reações e respostas que a Igreja deu e vem dando em períodos mais recentes da história do Brasil. Respostas aos efeitos globais da consolidação da sociedade industrializada e urbanizada, aos desequilíbrios políticos e autoritarismos existentes e , em termos do campo religioso, o surgimento de um ambiente mais plural e concorrencial. O projeto da Neo-cristandade, marca a trajetória da Igreja Católica no Brasil da segunda década do séc. XX, principalmente até os anos de 1950⁷. Trata-se de uma segunda fundação da igreja no Brasil. Caracteriza-se, sobretudo, por um momento de recomposição institucional e clerical da igreja num contexto novo, livre da proteção legal do Estado, porém de fato associada a ele. Impulsionada pelas tendências gerais e direcionamentos definidos pela cúria romana, mas também buscando estabelecer organizações de mediações e poder local, que resultou na criação em 1952 da CNBB. Recomposição que trabalhou com um dado de realidade, naquele momento, incontornável, ou seja, a fragilidade institucional da igreja decorrente da associação com o Estado no regime de padroado vigente até o final do sec XIX. Fragilidade essa que conduziu a dois movimentos aparentemente contraditórios: um estreitamento da dependência em relação a Roma e o conseqüente resultado de europeização do corpo clerical brasileiro.

Por outro lado, a necessidade de articulações com setores leigos, de segmentos sociais politicamente influentes, resultando na criação do Centro Dom Vital, da Liga Eleitoral Católica e da Ação Católica nos anos vinte e trinta. Do ponto de vista doutrinário, esse duplo movimento foi amarrado por uma rejeição das características sincréticas da religiosidade tradicional brasileira e a formulação de um projeto de estreitamento da prática religiosa com as orientações doutrinárias do catolicismo oficial. Em outros termos, superar a distancia tão comum na experiência religiosa brasileira entre uma concepção religiosa que tem vigência mas não tem necessariamente eficácia. O projeto da Neo-cristandade, além de cristianizar as instituições, também exigia uma reaproximação do aparelho estatal, utilizando-o como instrumento de catolicização das instituições e da sociedade.

Mas a reaproximação com o Estado deveria ocorrer em bases distintas daquelas que vigoraram nos quase três séculos anteriores, nos períodos colonial e Império. Afirma-se, com razão, a respeito da subserviência profunda e do vínculo institucional da Igreja ao Estado durante o longo período colonial e no séc XIX. Pois de fato, aqui a Igreja apresenta-se quase como um apêndice. Incorpora um projeto que não é exclusivamente seu, de expansão e consolidação do Estado metropolitano primeiro, Imperial depois. Realidade que não pode obscurecer as condições que para a própria Igreja estavam colocadas no que diz respeito às possibilidades de realização de seu projeto maior de catequização das populações indígenas e expansão da cristandade. Forma de compensação em virtude das perdas sofridas na Europa no contexto das reformas religiosas do séc XVI. Nas palavras de um de seus membros: "...o descobrimento da América, um fato providencial, de indústria preparada por Deus para compensação e

⁷ Ver, sobretudo, CAVA, 1975; BRUNEAU, 1974 e MAINWARING, 2004.

equilíbrio das perdas que na Europa, o protestantismo acarretou à Igreja.” (MARIA,1950: p.25). Momento em que o vetor quantitativo parece prevalecer sobre o qualitativo, mas nem sempre.

O catolicismo aqui opera por saturação do ambiente social. Busca realizar-se como um modo de vida, como uma cultura abrangente. É mais compreensivo na medida em que constrói-se como elemento de mediação das práticas, pensamentos, instituições e processos. Envolve o campo da religiosidade que frequentemente escapa das sutilezas doutrinárias. No século XX as bases de relação com o Estado e a sociedade passam a ocorrer em outras bases e vários são os estudos que buscam dar conta do papel da Igreja Católica no processo de desenvolvimento industrial e modernização capitalista da sociedade brasileira. Atuação no sentido de preservação, sobrevivência e expansão da própria instituição, mas, sobretudo no modo como contribuiu na tarefa de legitimação de início, mas também de contestação na medida em que esta ordem revelava suas dimensões mais negativas, de uma ordem social que transitava de um modelo agrário-oligárquico para outro industrial burguês-capitalista.

Do ponto de vista da legitimação, apresentam-se pelo menos em três sentidos. Primeiro de forma mais sutil e indireta, ou seja, nos termos em que defende Bourdieu⁸, na manutenção de uma certa ordem simbólica que traz implícito determinada ordem lógica a partir da qual a própria ordem social abrangente é estruturada e também explicada e compreendida. Produzindo então aquele efeito de consagração e naturalização do arbitrário e generalização do particular. Em segundo lugar, de defesa direta, explícita e incondicional do status-quo vigente. Por fim, a partir da implementação de um sistema moral orientador e chancelador de condutas esperadas e normatizadas. As três dimensões devem ser levadas em conta, embora dependendo das circunstâncias, sempre uma pode prevalecer sobre outra. Nesse sentido, todas estão relacionadas com algumas experiências pontuais desenvolvidas pela Igreja Católica em etapas distintas do processo de industrialização brasileira, sobre as quais apresentaremos abaixo alguns exemplos. Experiências que apontam para duas dimensões: para a concepção de igreja vigente nas décadas iniciais do período republicano até o final do Estado Novo.; e para o modo específico como dirigentes industriais brasileiros combinaram instrumentos tradicionais e modernos no desenvolvimento das práticas de uso e controle da força de trabalho nos ambientes fabris.

Antes de entrarmos no relato e análise das experiências de atuação da igreja no espaço fabril, convém resumidamente lembrar alguns pontos. Sabe-se que no conjunto das instâncias que compõem a esfera da organização da produção capitalista, o espaço fabril é o *locus* no qual o capital revela seus “segredos íntimos”, como dizia Marx. O espaço fabril é o espaço da transmutação do capital na sua dimensão produtiva para a dimensão mercadoria. Espaço de *produção* do capital que se complementa no mercado enquanto espaço de *realização* do capital, transmutando da forma mercadoria para a forma monetária e reiniciando o ciclo de sua *valorização*. Numa outra perspectiva, a ordem fabril

⁸ Ver BOURDIEU, 1999.

é determinante na transformação da força de trabalho (potencialidade adquirida no mercado pelo detentor do capital) em trabalho efetivamente realizado. De uma ponta a outra toda uma ordem disciplinar se organiza uma vez que tais potências apenas formalmente se destacam da dimensão física e mental do trabalhador. Não constituem, portanto, coisa ou mercadoria objetivamente dada, mensurável, manipulável. São mercadoria apenas formalmente, ou apenas nas teias engendradas pelas relações capitalistas. São além disso, e sobretudo, um sujeito social, político, cultural e moral que se faz historicamente nas relações com as outras classes. Daí todo o esforço do Estado, empresários, etc, dentro e fora das fábricas e locais de trabalho, de intervir nesse processo no sentido de conformá-lo, administrá-lo e conduzi-lo.

Assim é que se criou no Brasil, a partir dos anos vinte e diferentes momentos do processo de industrialização, o ideal da fábrica ordeira, bem organizada e disciplinada. Diferentes métodos de controle e formas de gestão empresarial foram mobilizados configurando o modelo manchesteriano e o modelo fordista de organização do mundo fabril. Independente da diferença de meios, os fins do empresariado paulista permaneceram o mesmo, resumido nas seguintes palavras de ordem:

Ordem, ordem, ordem! Disciplina, disciplina, disciplina !...
Educação, educação, educação !... Somente com ordem,
disciplina e educação é possível tornar o operariado um
colaborador do empregador. (AZEVEDO, 1938,p.206-207)

A ordem, a disciplina e o emprego de meios visando a construção de identidade social do trabalhador coerente com as exigências do mundo industrial, foram, portanto, os aspectos marcantes presente nas experiências vividas no universo fabril, por parte dos operários brasileiros. Isso pode ser confirmado pelo fato de que durante a Segunda Grande Guerra, muitas empresas voltaram a organizar as obras Sociais para seus funcionários. As ameaças comunista e anarquista estavam afastadas em função dos anos de ação repressiva do governo de Getúlio Vargas, o organismo obreiro nacional já estava imunizado, conforme visão da época, contra estas moléstias. Durante a guerra, a indústria têxtil, o setor mais avançado do parque industrial brasileiro, conheceu seu período de maior expansão, em virtude, principalmente, das exportações aos países envolvidos diretamente no conflito. Todo esforço de guerra foi realizado tendo como base um conjunto de fábricas produzindo intensamente a partir de máquinas e equipamentos velhos e desgastados, sendo que 90% destas máquinas tinham mais de 10 anos de uso ou idade desconhecida. O significado desta situação era que a produção teria que ser, como diziam os operários, "*arrancada à força*".

A intensificação da exploração do trabalho e o fechamento dos canais de manifestação dos descontentamentos, fez com que a resistência se manifestasse por outros meios, como o absentismo, o boicote à produção, provocar atrasos, etc. A situação chegou a tal ponto que em 1942 o Presidente da República assinou um decreto-lei estabelecendo um regulamento para as fábricas de interesse militar, punindo

severamente com multas e suspensão os empregados que faltassem ao trabalho. Nestas circunstâncias, as diretorias das fábricas proviam toda uma série de benefícios como uma espécie de compensação e forma de evitar antecipadamente o surgimento de conflitos abertos, visavam ainda obter a contribuição "*voluntária*" dos trabalhadores aos objetivos da produção.

Um exemplo do modo de como o processo ocorreu em algumas fábricas paulistas, pode ser encontrada na empresa produtora de tecidos e calçados "São Paulo Alpargatas S.A.". No final dos anos 30 a empresa passava por um processo de reorganização e modernização visando aumentar a eficiência da produção, melhorar a qualidade dos produtos e baixar os custos ⁹. Após o início da II Guerra, em 1941 e nos anos seguintes, implantou vários benefícios sociais. Antes desse período, a diretoria da fábrica tinha se limitado a conceder gratificação anuais (nos anos 20) e prestar auxílio em momentos como o da epidemia de gripe espanhola em 1917, da revolta tenentista de 1924, quando a fábrica permaneceu fechada por um mês. No caso das gratificações anuais, jamais chegaram a representar soma significativa, seu montante atingia pouco mais de um terço do valor reservado ao Fundo de Depreciação dos maquinismos.¹⁰

O relatório apresentado à Assembléia Geral dos acionistas, correspondente ao ano de 1946, relacionava os serviços sociais "*voluntários*" e "*obrigatórios*" oferecidos pela empresa. Os obrigatórios envolviam as contribuições ao I.A.P.I., à L.B.A., ao SENAI, aos Seguros de acidentes do trabalho, pessoal, etc. Os voluntários envolviam: Clínica médica, Sala de Primeiros auxílios, Clínica Dentária, Café, Restaurante, Pensões, Armazém de Comestíveis, Farmácia, Aventais e Macacões, Prêmio de Asseio e Visitadora Social. As despesas da Companhia com os serviços voluntários representavam uma soma de Cr\$ 914.198,30. Neste mesmo ano o valor depositado no Fundo da Depreciação e Provisões para Máquinas Obsoletas foi da ordem de Cr\$ 3.775.932,80.¹¹

Após dois anos de existência dos serviços sociais, na festa promovida pela empresa no natal de 1942, o Diretor e Gerente Geral Donald Mc Quillen, em discurso aos operários, fazia a seguinte constatação:

É uma satisfação para esta gerência, percorrendo diariamente a fábrica e o escritório, presenciar o ambiente de harmonia aí reinantes, o que é um estímulo para esta administração.

Muitos têm saído para possíveis melhoras, como os filhos de seus lares, mas esperamos que todos se lembrem com carinho desta casa, a quem deram o seu trabalho e a sua inteligência.

Sejam quais forem os acontecimentos que surgirem, uma coisa é certa: viverá sempre aqui o espírito da

⁹Vf. Relatório da São Paulo Alpargatas Company, Referente aos anos 1937 e 1938.

¹⁰Vf. Relatório da São Paulo Alpargatas Company, referente aos anos 1917-1929.

¹¹Vf. Relatório da São Paulo Alpargatas Company, referente ao ano de 1946.

"ALPARGATAS", de harmonia, de cooperação, de ordem, de trabalho e de progresso, pela grandeza sempre maior desta nobre e generosa terra brasileira. (SÃO PAULO ALPARGATAS COMPANY, 1942, p.3.)

Estão presentes, na saudação natalina, todos aqueles elementos que caracterizavam os relacionamentos da ordem senhorial: o ambiente familiar e amistoso, a satisfação paternal do chefe para com seus funcionários, a infantilização dos trabalhadores, a ordem e o progresso, o ideal de fábrica-lar, a cooperação voluntária, etc. Isto tudo numa empresa fundada, organizada e dirigida por empresários britânicos. As determinações da atmosfera ideológica que cercavam o desenvolvimento industrial no Brasil, ultrapassavam as influências procedentes da nacionalidade, da etnia e da formação cultural dos membros estrangeiros da elite empresarial.

O pós-guerra presenciou uma intensa explosão de protesto operário. Nos dois primeiros meses de 1946, como já vimos, ocorreram 60 greves, e no resto do ano mais 15 greves. Em 1947 ocorreram 18 greves e em 1948 ocorreram 25¹². Estes acontecimentos revelavam o nível das tensões acumuladas durante o conflito mundial, nas fábricas brasileira. O novo governo que se constituiu neste período, teve como Ministro do Trabalho o industrial Morvan Dias de Figueredo, que ficaria conhecido como o "*Ministro da paz social*". Durante os anos que atuou como dirigente classista na FIESP, sua ação caracterizou-se pela preocupação constante em pautar o relacionamento entre patrões e operários via serviço social. Em função disso, participou da criação de instituições como a Legião Brasileira de Assistência (L.B.A.), o Serviço Social da Indústria (SESI), além de várias outras iniciativas filantrópicas.

O seu trabalho de aproximação de classes produtoras e trabalhistas, do industrial e do operário, foi fecundo, estabelecendo entre eles um clima de simpatia e de paz. Foi a sua mais notável realização. É que para Morvan Dias Figueredo tanto valia uma mancha de óleo na blusa de um operário, como as condecorações que brilham no peito dos monarcas, ambas caracterizam o trabalho, a aplicação de cada um em favor da grandeza de seu país. O seu trabalho de aproximação de classe e de assistência social e técnica profissional, através do SESI e SENAI são notáveis.¹³

Antes de ocupar o Ministério do Trabalho e pertencer à Diretoria da FIESP, já havia organizado, em suas empresas, comissões compostas por assistentes sociais com

¹²Ver PAOLI, 1989.

¹³ "Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Deputado Brasileiro Machado Netto, DD. Presidente da Assembléia Legislativa, em homenagem ao Sr. Morvan Dias de Figueredo", in: *NADIR_JORNAL*, ano I, n.4, São Paulo-Junho de 1950, pp.8.

aqueles mesmos objetivos defendidos por Otávio Pupo Nogueira na década de 20, isto é, ressocializar e integrar o trabalhador nos valores morais e culturais do mundo fabril, bem como inscrever em bases consensuais e autoridade patronal.

Nesse sentido, a nomeação de Morvan Figueredo ao posto de Ministro do Trabalho, no Governo Dutra, significava a adoção pelo Estado de métodos e sujeição do agente do trabalho, de longa tradição nos estabelecimentos industriais. Novamente o "*organismo obreiro nacional*", como diziam nos anos 20, estava exposto à contaminação pelo "*vírus maléfico*" da rebeldia. A ação "*saneadora*", entretanto, tornava-se tarefa a ser enfrentada pelo empresariado de maneira conjunta e unificada. A criação do SESI, em 1946, concretizava o projeto de implementação de uma política social unificada, superando a fase de experiências isoladas levadas adiante por algumas empresas até a década de 30. Os objetivos da nova entidade foram claramente expostos no Decreto-Lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946. Consideravam-se as dificuldades do país no pós-guerra, os problemas sociais decorrentes e o interesse do Estado e da Confederação Nacional da Indústria atuarem para "*garantir o bem-estar-social do trabalhador*", desenvolver atividades educativas e culturais visando o seu "*aperfeiçoamento moral e cívico*" e o desenvolvimento do "*espírito de solidariedade entre empregados e empregadores*". Concluiu o decreto:

Considerando que esse programa, incentivando o sentimento e o espírito de justiça social entre as classes, muito concorrerá para destruir, em nosso meio, os elementos propícios à germinação de influências dissolventes e prejudiciais aos interesses da coletividade. (Decreto-Lei nº 9.043 de 25 de junho de 1946)

Do ponto de vista dos operários, a moderna fábrica fordista não libertou-se do ciclo de mudanças históricas onde as heranças do passado continuavam interferindo de forma determinante sobre o presente, aprisionando este nas tradições culturais autoritárias e interesses econômicos exclusivistas dos grupos econômicos dominantes.

Num certo discurso de Vargas¹⁴, estavam colocados os termos de uma lealdade mútua e uma reciprocidade que fundamentava uma relação afetiva e paternal entre o líder e as massas trabalhadoras. "*O trabalhador brasileiro nunca me decepcionou*" dizia Vargas. O

¹⁴ No discurso aos trabalhadores no 1º de maio de 1943, Vargas elogiava as iniciativas do seu governo: "O trabalhador brasileiro nunca me decepcionou. Diligente, apto a aprender e a executar com enorme facilidade, sabe ser também bom patriota. A essas disposições o Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas ao contrário, congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do engrandecimento nacional, à medida que impulsionamos as forças da produção para favorecer o progresso geral e unificar economicamente o país, organizamos o trabalho, disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social. A ampliação e o reforçamento das leis de previdência são para nós uma preocupação constante. As nossas realizações em matéria de amparo ao trabalhador constituem corpo de normas admiradas e imitadas por outros países que ainda não conseguiram o justo equilíbrio entre os fatores de riqueza pública. Para atingir esse objetivo não desencadeamos conflitos ideológicos nem transformamos o Estado em senhor absoluto e o trabalhador em escravo" (VARGAS, 1943. pp.7-14)

contrário também era verdadeiro como procura demonstrar o restante do discurso. Mas a troca não ocorria com base em bens equivalentes. De um lado, teria-se adesão política e aumento da produção econômica. De outro lado, reconhecimento e proteção concretizado nas leis trabalhistas. Não se tratava, portanto, de relação entre iguais, mas determinada por hierarquias e assegurada por lealdades.

No chão da fábrica, entretanto, essa reciprocidade foi cotidianamente quebrada. Mas nem isso foi suficiente para destruir as bases de legitimidade do regime. A reatualização insistente do pacto entre o Estado e os trabalhadores revelava sua fragilidade, num momento em que as condições internas estavam afetadas pelo desencadeamento do conflito mundial. Os problemas externos ofereciam, assim, uma nova justificativa para a não desmobilização do sistema de exploração vigente¹⁵

Algumas experiências interessantes que apontam para o que estamos indicando, ressaltando principalmente como a Igreja Católica e a religião se envolveu nesse processo.

Uma experiência bastante ilustrativa desse projeto mais amplo de cristianização dos espaços e instituições da sociedade, foi o da Vila Operária Maria Zélia inaugurada em 1917, junto a Companhia Nacional de Tecidos de Juta, no bairro do Belenzinho na cidade de São Paulo. Iniciativa do industrial Jorge Street, claramente inspirado nos ensinamentos da Encíclica Rerum Novarum de Leão XIII. Jorge Street via-se como um filantropo cristão, sinceramente preocupado com as questões sociais e com a pobreza da classe operária de sua época. Entendia que um acolhimento mais humano e paternal por parte dos patrões em relações a seus operários, seria a solução mais viável para os conflitos sociais, na realidade brasileira daquele início de século.

A tese americana, com Henry Ford à frente, doutrinava não ser o chefe da indústria tutor dos seus operários: a estes unicamente incumbia prover a sua subsistência e a dos seus, não só material como intelectual e moral.

(...)

¹⁵. No mesmo discurso Vargas criava a figura do trabalhador-soldado: "O povo brasileiro não faltará, por certo, aos seus soldados, aos seus marinheiros e aos seus aviadores, com os elementos de que careçam para atuar mais amplamente. E para que isso aconteça torna-se indispensável continuarmos, com redobrado empenho, a mobilização dos nossos recursos econômicos, diríamos melhor: "a batalha - é a palavra de ordem que deveremos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos da produção". Produzir mais, produzir melhor - nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir o máximo dentro das nossas possibilidades. Hoje mais do que nunca, a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo. Não se pode tolerar a desocupação quando há tantas tarefas urgentes a realizar. Operários nas máquinas, marinheiros nos navios, ferroviários, motoristas, funcionários, diretores de indústria, almirantes nos mares ou generais nos postos de comando - todos estão sob o mesmo imperativo: fazer bem e rapidamente a parte que lhes toca". (VARGAS, 1943. pp.7-14)

Para o Brasil eu desde logo discordo da tese, pois conhecendo, como me prezava conhecer, a mentalidade e a cultura do nosso operariado, eu entendia que deveríamos até melhores tempos passar por um período intermediário, em que nós patrões servíssemos ainda de conselheiros e guias, sem que a meu ver isso constituísse uma tutoria pesada ou inconveniente aos nossos auxiliares de trabalho (MORAES FILHO, 1980, p.448)

Entretanto, desde o início do século XX, outras grandes empresas paulistas já vinham adotando a mesma solução da vila operária, como forma mais viável de garantir uma certa estabilidade no fornecimento e controle da força de trabalho. Principalmente dos trabalhadores mais qualificados de cujo empenho e engajamento a produção efetivamente dependia.¹⁶ A interpretação que acabou ficando consagrada pela historiografia dos anos 80, foi a de que a construção das vilas operárias representava uma mudança importante de estratégia patronal no que diz respeito aos mecanismos de uso e controle da força de trabalho.¹⁷

Em 1924 a fábrica de tecidos, juntamente com a Vila Operária, passa para o controle da família Scarpa, imigrantes italianos e grandes industriais paulistas no início do século XX. Foi dessa fase que resultou um álbum comemorativo, feito pela própria empresa, chamado “Sociedade Anônima Scarpa: lembranças do Cotonifício Scarpa e de sua organização social na Vila Scarpa”. Documento que explicita como nenhum outro a composição desse universo fabril, da produção de mercadorias, espaço profano da técnica e da maquinaria racional, combinado com elementos da piedade e da moralidade cristã. Experiência pioneira e microcosmo da neocristandade. Fábrica, igreja e moradia operária, organizando e disciplinando a vida cotidiana e a intimidade numa lógica onde o profano e o sagrado não se distinguem, numa comunhão da ordem de Deus com a

¹⁶ Isso aconteceu em empresas como a Companhia de Calçados Clark, Companhia Antártica, a Votorantim em Sorocaba, Vidraria Santa Marina, Cotonifício Crespi Cigarros Sudan, Chapéus Ramenzoni, Matarazzo, entre outras. Ver BLAY, 1985.

¹⁷No lugar das práticas explicitamente repressivas e de indiferença quanto aos aspectos mais gerais da vida da classe operária nascente, no início da industrialização brasileira, passou-se a adotar procedimentos mais inclusivos. O objetivo era colocar em prática um conjunto de iniciativas que remodelasse as relações entre patrões e empregados, dentro e fora dos ambientes de trabalho. Tratava-se de criar um novo modo de vida para os setores mais qualificados da classe operária, integrado por valores e perspectivas adequados e funcionais à estabilidade e desenvolvimento da ordem industrial capitalista. Tais iniciativas eram decorrentes de um conjunto de fatores, entre eles a presença e influência crescente de grupos anarquistas e socialistas no meio operário das principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo; mas também do estágio inicial de desenvolvimento da tecnologia e organização industrial onde a importância do saber e da adesão do trabalhador não haviam sido minimizadas pelos métodos tayloristas e fordistas. Condição que conduzia as empresas a assumirem funções típicas do Estado e dos domicílios que num estágio mais avançado do capitalismo seriam abandonadas em virtude de um maior grau de especialização da divisão social do trabalho (ver arrighi). Não podemos deixar de fora o peso das tradições senhoriais e paternalistas típicas da sociedade escravista brasileira, que embora remodeladas no novo ambiente industrial, tiveram vida longa pautando as relações de trabalho entre nós. Ver TEIXEIRA, 1990; DECCA, 1983; RAGO, 1985; entre outros.

ordem dos homens. Fusão hierárquica do Estado, da Igreja, da empresa e do domicílio. Articulação do trabalho, do culto a pátria, da devoção religiosa, amor filial aos patrões e do respeito a ordem social naturalizada porque sacralizada. É exatamente esse ideal que fica expresso no documento mencionado, onde são enumeradas as várias iniciativas que cercam o mundo operário. A Sociedade Anônima Scarpa contava com uma Organização Social que integrava todas as iniciativas da fábrica. Havia as obras de assistência com a creche, jardim da infância e grupo escolar e 200 casas “edificadas com todas as prescrições higiênicas”, com aluguéis a preços módicos. Sem esquecer o serviço religioso. Toda organização social era dirigida pelo Capelão, nomeado pelo Arcebispo Metropolitano, auxiliado pelas Irãszinhas Imaculada Conceição. A ênfase nesses aspectos: higiene, moralidade religiosa, custo baixo de moradia, etc, era por conta do contraste que se procurava estabelecer com os cortiços. Naquele momento forma de moradia dominante nos meios operários, associados, portanto à imoralidade, sujeira, desorganização. A descrição da Capela é a seguinte:

A Capela, consagrada a São José é simples e piedosa; prima pelo asseio.

Construída em estilo gótico, possui bom mobiliário e está provida de alfaias condizendo com a sublimidade do culto católico, tem o necessário para as grandes solenidades, como a Semana Santa, que se vem fazendo com esplendor e piedade, todos os anos.

O altar principal é de mármore; existe mais um altar consagrado à Virgem Santíssima. A capela possui confessionário, pia batismal, privilégio concedido pelo Metropolita às crianças que nascem ou moram na vila e ótimo harmônico. O total das comunhões recebidas pelos operários é 24 000 por ano com a média mensal de 2 000, tendendo sempre a aumenta.

Entre outras coisas, é notável a preocupação com a estatística das comunhões. Parece que a Igreja deixou-se levar pela pressão da produtividade típica da unidade fabril. Mas a mesma rotina, a regularidade das práticas religiosas, o cotidiano fora da unidade propriamente produtiva, segue o modelo da fábrica. As crianças do jardim da infância uma vez por semana vem a capela rezar à Maria Santíssima e São José. O Capelão ensina a doutrina cristã e as irmãs ministram as aulas de catecismo. Uma vez por ano ocorre a consagração das crianças à Virgem Santíssima em “cerimônia tocante”. O mesmo ocorre no Grupo Escolar, onde a atuação do Capelão é direta e permanente. O documento descreve com detalhes as atividades desenvolvidas, como a instrução religiosa, as festas litúrgicas, a celebração do santo sacrifício, a comunhão, os cantos, a missa De Angelis, bem como o número de crianças envolvidas, frequência e o tempo dedicado a cada atividade. Para o jovens havia a “União de Moços Católicos”. Além da biblioteca e sala de jogos

lícitos, a União organizava os festejos das datas cívicas: 13 de maio, 7 de setembro, 12 de outubro e 15 de novembro. Fundaram ainda uma associação de escoteiros católicos, como garantia de que “no futuro, não só serão homens fortes como também, e sobretudo, ótimos patriotas, verdadeiros católicos, inteligentes e honestos operários”. “Organizaram uma liga a favor da moralidade e defendem dessassombadamente a fé, quando ludibriada”. Além disso, cediam dias de trabalho como contribuição para a construção do monumento a Cristo Redentor.

O documento nos informa que o Capelão fundou a “Cruzada Eucarística”: “É um meio eficaz de conservar as virtudes da pureza, da obediência, da docilidade, etc., nos corações das crianças que Nosso Senhor tanto ama. Crescendo dentro deste ambiente, os meninos, de hoje, serão os honestos operários de amanhã”. (PINHEIRO, 1981: 2017).

Para os operários adultos foi criada a Liga Católica Jesus, Maria, José. A Sagrada Família apresenta-se como o melhor exemplo para o lar obreiro: “Operários que foram eles, sempre resignados, dão à grande classe trabalhadora magnífico exemplo de conformação com a vontade da providência, na dor e na alegria”. Em seguida completa: “É um salutar bálsamo a religião, sobretudo para a classe sofredora”. (PINHEIRO, 1981: 2017-2018).

Para as moças operárias o Capelão fundou a Pia União. Reunia trinta três virgens criando a falange de Maria Imaculada. No lugar das atividades fúteis da vida mundana, dedicavam-se às obras sociais, ensino de catecismo às crianças, propaganda e trabalhos manuais. “Estas são as operárias obedientes e escrupulosas no trabalho sobre o qual paira o olhar de Deus” (PINHEIRO, 1981: 2018).

Depois de descrever outras atividades recreativas, como a música da fanfarra e o time de futebol, o documento termina apresentando um balanço dos custos envolvidos e do número de operários envolvidos, indicando que as atividades e serviços significam uma forma de participação nos lucros da empresa. Observa que as iniciativas ainda seguem as lições da “Rerum Novarum”, resolvendo o problema da “questão social” e solucionando o problema do conflito entre capital e trabalho, “que tanto vem preocupando a humanidade” (PINHEIRO, 1981: 2018).

Depois de descrever outras atividades recreativas, como a música da fanfarra e o time de futebol, o documento termina apresentando um balanço dos custos envolvidos e do número de operários envolvidos, indicando que as atividades e serviços significam uma forma de participação nos lucros da empresa. Observa que as iniciativas ainda seguem as lições da Rerum Novarum, resolvendo o problema da “questão social” e solucionando o problema do conflito entre capital e trabalho, “que tanto vem preocupando a humanidade”.

O documento foi publicado na forma de álbum comemorativo, mas foi elaborado na forma de balanço contábil. Reflete, entre outras coisas, uma integração entre vida, trabalho, lazer e religiosidade profundamente pautados pela lógica do mundo fabril. Da mesma forma que a produção da fábrica se beneficia do ambiente de harmonia, disciplina, vigilância e controle, propiciado pela presença da Igreja, também a Igreja incorpora os princípios da produtividade fabril, ou seja, a quantificação, a organização do

tempo de acordo com as tarefas, a divisão do trabalho, o comando centralizado, a rotina, o esquadramento do espaço, a ordem, etc.

A foto abaixo, feita na ocasião da inauguração da Vila, com a presença do Arcebispo de São Paulo Dom Duarte Leopoldo e Silva, pode indicar alguns elementos daquele ambiente cultural, bem como das relações sociais que informavam esse ambiente. Partindo do princípio de que nenhuma imagem fotográfica é meramente documental, como parece ser a intenção do fotógrafo nesse caso, mas sempre uma construção, ou seja, toda imagem resulta de um processo de imaginação, tenha ou não consciência disso o fotógrafo¹⁸. Mas sempre construção informada e ordenada pelas regras e princípios da verossimilhança. A cena central lembra uma procissão no interior da Vila Operária, porém menos ordenada. Ao fundo o Coreto, ponto de partida, e mais ao fundo a chaminé da fábrica. À frente o Arcebispo sorridente, com seus trajes sacerdotais, gestor por excelência do sagrado, seguido de perto, ligeiramente recuado, pelo industrial Jorge Street, gestor do profano, certamente com alguns membros de sua família. Logo atrás a massa indiferenciada de seus operários, vestidos como cristãos no domingo. A imagem transita do identificado, individualizado, para o indiferenciado. Indica sobretudo um movimento com liderança, mas hierarquicamente distribuída. Teríamos aqui uma espécie de trifuncionalidade moderna: os que oram, os que comandam e os que labutam.



(Foto sem autoria informada no endereço: <http://www.saopauloantiga.com.br/vilamariazelia/>.
Indica crédito para Monte Domecq & Cia)

¹⁸ Ver aqui as reflexões de MARTINS, 2002.

Mas a imagem reproduz um momento de festa, no qual a missa e o benzimento da fábrica e da vila operária constituem os pólos organizadores. Mas a festa é uma ruptura na vida rotineira do trabalho que não apenas não nega a rotina e a regularidade disciplinada do tempo do trabalho, mas a reafirma como regra geral da vida. Portanto festa organizada e controlada pelo poder instituído e legitimado. O patrão e autoridades religiosas na frente estão em sintonia com a chaminé ao fundo, lembrando o enquadramento no qual qualquer ruptura da ordem apenas poderia ser tolerado.

A fábrica aparece então como um espaço habitado por uma ética da vida emanada do sagrado ou mesmo como um pedaço do paraíso: construção duradora que ainda hoje, com conotações totalmente diferentes, persiste na memória de seus moradores. Na verdade, mais recentemente, a vila se destacou da fábrica e adquiriu um estatuto próprio. Mas é curiosa a associação que aparece no depoimento de um antigo morador dado para um documentário realizado em 2010 : “É morar no paraíso. Minha mãe era cristã sempre falava pra gente procurar ser bom, com a gente e com nossos semelhantes, procurar agir dentro do correto, a gente um dia ia morar lá com Deus no céu, no paraíso. E eu tenho esse privilégio que o Senhor Deus nesta vida já me fez nascer e viver no paraíso”(PINTO, 2010).

No número de Janeiro/fevereiro de 1950 da revista “A Ordem”, ligada ao Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima, então responsável pela revista, publica um artigo intitulado “O escotismo na indústria”. O texto havia sido escrito originalmente em novembro de 1928 e ficou guardada numa pasta de “velhos papeias”, como revela o autor nas notas introdutórias¹⁹. A decisão da publicação passados 22 anos aponta para a permanência das mesmas idéias no autor, como ele mesmo afirma, mas também, podemos afirmar nós, pela coerência com um projeto de cristianização da sociedade brasileira, ainda em andamento. Vale a pena, nesse sentido, destacar alguns pontos do artigo. O texto inicia-se com uma afirmação de princípio: “as verdadeiras revoluções são as que se fazem silenciosamente” (LIMA:1950: 54).

Em seguida propõe uma avaliação global das tendências do momento (1928). Percebe que ocorre uma mudança do espírito de época, no que diz respeito às mudanças sociais, a saber: a perspectiva de revolução cede à de evolução, a idéia de violência cede lugar à de eficiência. Por um caminho ou por outro, entretanto, a constatação de que a sociedade está se transformando é inegável. O problema que o autor se coloca é o de como se posicionar diante desse fato. Identifica como fator principal do processo em curso a emergência da moderna sociedade industrial, inaugurando a “Era das Máquinas”. Tal como se apresenta, contém possibilidades positivas (o sentido da eficiência), e negativas (“a materialização dos espíritos”).

¹⁹ As citações a seguir fazem parte desse artigo.

No conjunto trata-se de um movimento impessoal, inevitável, orientado tecnicamente. Mas não totalmente imune às decisões humanas. Mais ainda. Trata-se de um movimento incapaz de gerar por si mesmo princípios de organização da vida social que vão além de si mesmo, ou seja, que vão além da “subordinação do homem à organização, da liberdade à eficiência, do individual ao coletivo” (LIMA:1950:55). Tais princípios, o autor conclui, seriam justamente os presentes tanto no comunismo como no capitalismo. Alceu de Amoroso Lima vai conduzindo a argumentação no sentido de defender que os princípios em torno dos quais a sociedade deveria se organizar devem vir de fora dela.

Entre o comunismo, que prega a revolução violenta, e o capitalismo, que prega a evolução lenta da sociedade, existe justamente aquilo que a meu ver será no futuro a solução para a luta que se inicia entre as duas concepções puramente econômicas de organização social – o Cristianismo (LIMA, 1950: 56).

A proposta de início é a de que o Brasil compartilha com o mundo as tendências apontadas. Mas não deixa de ter especificidades. A primeira e mais importante, segundo o autor, é a precipitação e, conseqüentemente, a artificialidade da nossa industrialização. Obviamente esse era um debate que vinha pelo menos desde o final do XIX.²⁰ Decorre disso que o Brasil, assim, não estaria preparado para as mudanças. Mas, independente de qualquer coisa, elas estavam aí. Nesse sentido, Alceu Amoroso Lima não está discutindo mais opções de desenvolvimento a serem implantadas no futuro. As opções bem ou mal já teriam sido tomadas. O problema que se coloca é o de como enfrentar a situação que já estava dada. Criou-se uma situação única no Brasil: uma situação local específica, com seus problemas específicos decorrentes da imaturidade das condições econômicas e institucionais, convivendo com uma situação nova e moderna que colocava problemas gerais, comuns a todos os países em fases avançadas de industrialização. Será nessa particularidade que a questão da religião se coloca como decisiva. Mas o estado das coisas possuía um desdobramento no plano intelectual.

Encontramos, entretanto, duas classes de gente entre nós que não querem compreender essa nossa posição: a dos que só vêem as nossas condições locais, declarando que toda relação dos nossos problemas industriais com o problema social europeu ou norte-americano é um artifício e uma imitação – e a daqueles que só vêem os nossos problemas em função dos problemas universais. Entre localistas e universalistas é que se distribuem as duas grandes classes

²⁰ Ver LUZ (1982)

dos que estão em contato com os nossos problemas sociais
– os rotineiros e os ideólogos (LIMA, 1950: 57)

Estariam na incapacidade dessas duas posições em articular o geral e o específico da situação brasileira, o impedimento de se propor soluções viáveis para a nossa realidade. Nesse sentido a conclusão é a mesma mencionada acima, ou seja, o processo econômico e social da moderna sociedade industrial, num plano geral e no plano particular de cada país, revela-se incapaz de apresentar soluções políticas para os problemas que gera. A não ser que sejamos capazes de sair de sua lógica intrínseca. É exatamente aqui que entraria os ensinamentos sociais da Igreja Católica, definidos pela Encíclica *Rerum Novarum* em 1891 pelo Papa Leão XIII. A encíclica, no entanto trazia orientações gerais no sentido de humanizar as relações de trabalho no mundo industrial. Para Alceu de Amoroso Lima o desafio principal estaria em identificar canais concretos de atuação. Mas não via solução através do Estado, como se fosse uma tarefa dos governos, mas, sobretudo como um trabalho de convencimento pessoal, de cada industrial, de cada operário, em cada fábrica concreta. Não se tratava, portanto de mudanças radicais da ordem social, mas de humanizá-la em dois sentidos básicos: submeter a realidade ao controle dos homens orientados pelos princípios cristãos e não por forças abstratas da maquinaria e do mercado; e construir uma ordem social harmônica apesar das diferenças.

Pois a ordem social deve ser uma harmonia de profissões e não uma coexistência forçada de classes que se detestam. Esse é o grande ensinamento social da Igreja Católica (...), o único espírito que conseguirá resolver as antinomias da ordem social materialista de nossos dias (LIMA, 1950: 59).

Nesse contexto, o autor sugere o escotismo como um instrumento concreto e viável de cristianização das relações de trabalho no mundo fabril brasileiro. Isso porque o ideal de homem presente no escotismo é o mesmo do cristianismo: homem completo, ou seja, preparado física e moralmente.

Desejo apenas chamar a atenção para a necessidade que existe de aplicar o escotismo à educação da infância proletária, como início da emancipação justa a que tem direito aqueles que trabalham e vivem do seu trabalho, em uma ordem social futura, na qual voltem a preponderar de novo os princípios cristãos de organização social, genialmente delineados por Leão XIII e que hoje são, mais do que nunca, uma das preocupações fundamentais da Igreja (LIMA, 1950: 60).

A partir desse ponto, o autor passa a apresentar um conjunto de experiências exitosas que estariam ocorrendo nas fábricas de tecidos da cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro. Nesse relato enumera as fábricas envolvidas, o número de escoteiros existentes, bem como o crescimento das adesões. Apresenta ainda os resultados positivos na vida pessoal e profissional de cada um deles, bem como os ganhos para as fábricas envolvidas. Enfatiza, sobretudo, a importância dos ensinamentos morais e religiosos que acompanha as atividades físicas e formação profissional: “nesses dois anos de atividade escoteira tem funcionado regularmente aulas de religião e história sagrada, nas quais já se prepararam quatro turmas de neo-comungantes...” (LIMA, 1950: 64).

Termina o texto reafirmando o princípio da revolução silenciosa mencionado no início, e a importância das pequenas iniciativas e da atuação na dimensão micro da vida social, sugerindo que a generalização dessas experiências levará a sociedade a assumir o “caráter de uma cooperação integral, de forma a permitir que cada qual se desenvolva mais harmoniosamente”. (LIMA, 1950: 64)

Em 1942 acontece na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo uma cerimônia emblemática: a entronização da imagem de Cristo²¹. Na ocasião, diante de representantes do Estado e dos sindicatos operários e patronais, Roberto Simonsen e Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, pronunciam discursos onde um conjunto de imagens e convicções são explicitadas e muito indicativas do significado de todo aquele ritual. Reproduziam numa escala micro, mas simbolicamente significativa, um evento ocorrido nove anos antes, em outubro de 1931, que foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Verdadeira entronização da imagem de Cristo no Brasil. Mas tratava-se de uma cerimônia que ainda se reproduziria em escalas menores ainda, ou seja, a partir daquele momento a entronização da imagem de Cristo também ocorreria em várias fábricas paulistas. Uma breve apresentação dos discursos nos revela aspectos interessantes de um conjunto de idéias que ali estão vigentes.

Roberto Simonsen afirma que a cerimônia é uma “demonstração dos princípios” norteadores da FIESP. Ressalta a presença da autoridade eclesiástica, mas indica que a mesma se encontra num movimento, num processo não concluído, de consolidação da sua autoridade no “espírito e no coração do nosso povo”, e que aquela cerimônia é uma, entre outras iniciativas. Aponta ainda para a reunião fraterna de operários e patrões, unidos então em nome de uma fé comum e da crença de que Cristo representa a “verdadeira construção moral do mundo”. Para Simonsen o cerne das leis morais cristãs é a promoção da paz social e da harmonia numa relação que é sempre hierárquica, “entre o céu e a terra, entre Deus e o homem”. Leis morais que devem ser retomadas já que o momento, início dos anos 40, era de intensos conflitos fora do Brasil, mas com reflexos aqui dentro também. Daí sua ênfase na necessidade de retomar e

²¹ Na ocasião foi publicado livreto com os discursos analisados aqui. Ver: SIMONSEN (1942) . As citações a seguir fazem parte desse livreto.

fortalecer tais princípios: “Sob sua égide, podemos, unidos, em sereno ambiente de paz social, trabalhar, patrões e operários pelo progresso e pela grandeza moral e material de nossa Pátria” (SIMONSEN, 1942: 7).

O discurso vai estabelecendo articulações entre imagens fortes: patrões e operários reunidos na mesma fé e no mesmo espaço institucional; a Igreja, Cristo e as leis morais santificando hierarquias harmônicas; por fim o progresso e a Pátria como resultados. Essa ordem e encadeamento vai se delineando como caminho único. O afastamento desses princípios significa entregar a humanidade a uma trajetória de lutas e guerras: “Somente a observação e a difusão dos seus cânones poderão implantar, em caráter permanente, a paz e a harmonia”, e conclui: “fundamento supremo do progresso e da civilização”(SIMONSEN, 1942: 8).

Simonsen avança e afirma que a entronização de Cristo na Casa da Indústria é uma profissão de fé. Trata-se de uma tomada de posição que vê a Federação das Indústrias como um dos centros irradiadores dessa fé. Portanto, o papel de expansão, mais ainda de internalização dos princípios morais da fé Cristã, não é apenas função da Igreja, as instituições laicas, porque cristianizadas, devem se engajar nesse processo. Não se trata aqui de culto a imagem, mas sim do conjunto de valores que ela representa.²² Termina lembrando as três virtudes teológicas: fé, esperança e caridade, retoma e reforça que a presença do Arcebispo Metropolitano é a amostra da sinceridade dos propósitos mencionados, ou seja, o papel de instaurar a harmonia no âmbito das relações de trabalho “É sobre o rochedo inabalável da nossa fé cristã que desejamos ver construída a grandeza moral e material de nossa terra e de nossa gente” (SIMONSEN, 1942:10).

Aqui estão presentes vários elementos do projeto da neo-cristandade. A religião aparece ao mesmo tempo como internalização de valores, orientação prática e princípio de ordem social. Mas isso não se realiza sem uma sustentação institucional, ou sem uma articulação de instituições, religiosas e laicas, que vão se interlegitimando.

Já o discurso do Arcebispo de São Paulo, não adota uma linha diferente. Mas vai lembrando exatamente essa relação de apoio mútuo entre Igreja e Federação das Indústrias. A FIESP teria sido, naquele mesmo ano, uma das patrocinadoras do IV Congresso Eucarístico Nacional. Em seguida começa associando a consciência nacional com a consciência cristã: “Cristo busca em nós, alguma coisa mais que simples gestos. Ele busca o nosso coração, a nossa alma, a nossa própria consciência. Obedecestes aos

²² A posição da Igreja sobre o valor das imagens possui registros antigos. Apenas a título de exemplo, veja a seguinte passagem do documento CONCILIO ECUMÊNICO DE TRENTO, Sessão XXV. “Além disso, declara este santo concílio, que as imagens devem existir, principalmente nos templos, principalmente as imagens de Cristo, da Virgem Mãe de Deus, e de todos os outros santos, e que a essas imagens deve ser dada a correspondente honra e veneração, não por que se creia que nelas existe divindade ou virtude alguma pela qual mereçam o culto, ou que se lhes deva pedir alguma coisa, ou que se tenha de colocar a confiança nas imagens, como faziam antigamente os gentios, que colocavam suas esperanças nos ídolos, mas sim porque a honra que se dá às imagens se refere aos originais representados nelas. Tudo isto está estabelecido nos decretos dos concílios, principalmente no segundo de Nicéia, contra os impugnadores das imagens.”(IBANEZ, 1972: 191-192). Tradução do autor.

imperativos de vossas consciências de brasileiros...”(apud:SIMONSEN, 1942: 14). Afirma na sequência: “Não há sinal mais expressivamente brasileiro do que a Cruz de Cristo”, ao entronizar a Cruz a Federação “nada mais fizestes do que obedecer aos sentimentos de brasilidade” (apud: SIMONSEN, 1942: 15). Continua ressaltando a necessidade do mesmo processo de internalização dos princípios religiosos. No sentido de que a iniciativa seja reflexo de uma tomada de posição e de ação. Reforça ainda a idéia de caminho único para a sociedade brasileira. Isso porque o ambiente externo era de conflito e transformações. “Ora, urge que, antes de chegar até nós a tormenta, nos preparemos com uma vida cristã...” (apud: SIMONSEN, 1942:16). Embora o conflito mais em evidência naquele momento era a guerra que ocorria na Europa, a preocupação era sempre com os conflitos sociais no Brasil. Após afirmar que a fé é o elemento de união entre os homens, mesmo quando em guerra, afirma: “ergamos nossos corações, como aqui o fazem, empregados e empregadores, num amplexo de caridade cristã, porque esta eleva o homem.” (apud: SIMONSEN, 1942: 19). Nesse sentido, o significado da entronização da imagem de Cristo era da promoção da paz social.

Os pressupostos são os mesmos, em ambos os discursos. . Consagrar um espaço é integrá-lo numa ordem, na nossa ordem. A presença da cruz e de Cristo é a consagração. Espaços sacramentados e saturados de uma fé que é também e, sobretudo, uma moral. A imagem de Cristo representa a realidade de um espaço ocupado, assim como afirma Mircea Eliade (2001). Certamente o significado da sacralização desses espaços laicos, uma federação empresarial, uma fábrica, etc. não tinham o mesmo significado e densidade sacral de um templo, de um objeto ou ambiente natural. Nenhuma fábrica seria a princípio objeto de um investimento afetivo, religioso, como um lugar santo. Não havia para isso possibilidade de adesão de uma religiosidade mais abrangente. Mas a intenção que transparece nos discursos é que a presença da imagem de Cristo representaria algo como uma conexão com a dimensão do sagrado no sentido de reafirmar certa norma de conduta, fundada em valores cristãos de aceitação, humildade, renúncia, não-violência. Mas também, creio não ser forçado afirmar, como uma espécie de mecanismo panóptico, tal como afirmava Michel Foucault²³. Tratar-se-ia, portanto de um sagrado vigilante e disciplinador²⁴. Nesse sentido é interessante analisar uma experiência concreta a esse respeito.

²³ Ver FOUCAULT (1987)

²⁴ A reflexão sobre a utilidade da religião como mecanismo disciplinador do trabalho possui uma tradição longa na história da industrialização capitalista. Andrew Ure, referência freqüente de Marx e Engels, em 1835, no seu *Philosophy of Manufactures*, já apontava as dificuldades de disciplinarização do trabalho, no sistema fabril, apenas a partir de mecanismos de mercado, regulamentos punitivos ou tecnologias industriais. Por isso, Ure dedicou uma parte de seu livro à “Economia Moral do Sistema Fabril” e um capítulo sobre a religião, no qual afirma que o trabalho deve ser considerado um “puro ato de virtude... inspirado pelo amor de um ser transcendente, que age... sobre nossa vontade e nossas emoções (...) Onde, então, a humanidade encontrará esse poder transformador? Na cruz de Cristo. O sacrifício livra-nos da culpa do pecado, elimina a inclinação para o pecado e o mortifica, mostrando que sua torpeza é indelével, exceto através de uma terrível expiação. O sacrifício repara a desobediência e incita à obediência, tornando-a praticável, aceitável e, de certa forma, inevitável, pois completa a ela. Ele representa não apenas a razão da obediência, mas sua própria forma”. Citado por THOMPSON

Vejamos o caso da empresa paulista, produtora de vidro, Nadir Figueiredo nos anos de 1940 e 1950. Embora fundada em 1912, apenas na década de 1930 os irmãos Figueiredo, Nadir e Morvan, entram para o ramo de produção de vidros. Constroem em 1946 uma grande unidade fabril em Vila Maria, na cidade de São Paulo. Morvan Dias Figueiredo compunha o quadro de dirigentes dos industriais paulistas. Foi Ministro do Trabalho no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra e Presidente da FIESP em 1949 e 1950, além de sócio de Roberto Simonsen em alguns empreendimentos. Em março de 1950 a empresa começa publicar mensalmente um jornal interno chamado *Nadir Jornal*. Publicado durante vários anos, compõe fonte preciosa para a compreensão das iniciativas e visões de mundo de setores do empresariado industrial paulista nesse período. O jornal traz principalmente informações sobre os eventos sociais organizados pela empresa. Mas eventos sempre suscitados pelo calendário cívico e religioso: comemorações pelo dia da indústria, dia do trabalho, semana santa, natal, páscoa, dia das mães. Aniversário de fundação da empresa, etc. Mas, além disso, eventos ligados à vida privada dos proprietários: aniversários, nascimentos, casamentos, morte, entre outros. Trazem também textos escritos por funcionários, seção de cartas de leitores, histórias bíblicas, reprodução de discursos, curiosidades, receitas, informações sobre cursos de treinamento, além de muitas fotos e imagens que por si só mereceriam uma análise à parte. É visível o esforço no sentido de criação de um ambiente de coesão familiar, cristão, patriótico e harmônico.

A manchete da edição de número 49 de março de 1954 era a seguinte: “um só desejo: harmonia social”, e trazia reproduzido os discursos do presidente da FIESP e do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais, por ocasião das comemorações pelo Dia da Indústria, onde afirmava o primeiro que “patrões e operários são elos de uma mesma corrente; peças de uma mesma máquina; artífices e instrumentos de um mesmo ideal: o de cooperarmos e contribuirmos para um Brasil cada vez maior e mais forte. Juntos, em harmonia e cooperação, temos vivido até hoje; e continuaremos assim, fiéis aos ensinamentos da nossa religião”²⁵. Na sequência o segundo diz “que essa unidade de sentimentos que hoje nos empolga persista sempre para que a harmonia dos esforços do capital e do trabalho assegurem ao nosso país a paz social que todos buscamos”.²⁶

Mas no conjunto, o jornal expõe todo o esforço dos dirigentes industriais, esforço sistemático e permanente, de colocar a religião, o cristianismo, como um instrumento de combate contra aquilo que entendia como o materialismo comunista e a luta de classes. Em junho de 1953, na edição de número 40, uma reportagem sobre a Comunhão Pascal Coletiva, realizada pelo quinto ano consecutivo na fábrica, não podia ser mais explícita. Depois de enfatizar a “soberba manifestação de fé” dos empregados da

(1987, Pp.240). Nessa obra de Thompson todo um capítulo trata dessa questão: “O poder transformador da cruz” pp.225-290.

²⁵ Nadir Jornal, ano IV, São Paulo, Junho de 1954, n. 49, p 7.

²⁶ Nadir Jornal, ano IV, São Paulo, Junho de 1954, n. 49, p 7.

empresa, e da demonstração de que “crêem firmemente nos valores espirituais da religião de que o cristianismo se fez fiel e único depositário”, afirma:

Movimento religioso como o que assistimos no dia 7 de junho, adquire extraordinária significação, mormente nos dias de hoje eivados do mais crasso e aberrante materialismo, esse veneno que vem corroendo os próprios fundamentos da civilização e que, para sua maior eficácia, se esconde, às vezes, sob a forma de doutrinas políticas que pregam a igualdade, quando, na realidade, são portadoras dos germens da discórdia, do ódio e da luta”²⁷

Na Nadir Figueiredo, o jornal nos dá a entender, a entronização de Cristo ocorreu em duas ocasiões. Em junho de 1950 no recinto da fábrica e em agosto de 1952 na entrada da fábrica. A cruz trazia ao fundo uma reprodução do mapa do Brasil. Por ocasião da primeira entronização, um funcionário pronuncia o discurso onde um conjunto de idéias e imagens são mais uma vez reforçadas. “Tendo diante de nossos olhos o sacrifício supremo vivido por Nosso Senhor no alto do calvário, que sentimos a necessidade de uma força divina e que somente ela poderá nos conduzir a essa união de todos os operários, por nós tão desejada”. Depois de associar Cristo como exemplo máximo de dignidade do trabalho, afirma: “Companheiros, a entronização de Cristo no local onde se trabalha, significa que nesta indústria há de reinar a paz e a harmonia entre operários e patrões, porque nós e os nossos chefes escolhemos como único e divino Companheiro, Esse Cristo que será nesta fábrica o Único Patrão, o Mestre, amigo, o grande Operário nosso Companheiro, assim como fora outrora o companheiro do carpinteiro José, naquela oficina de Nazaré”²⁸

Nosso último caso refere-se a um caso pontual, mas representativo. Pois o demônio acabou por aparecer na fábrica de Roberto Simonsen. Em 1956, na unidade fabril da Cerâmica São Caetano S.A, na cidade de São Caetano do Sul, São Paulo, operárias da seção de escolha, classificação e encaixotamento de ladrilhos, teriam interrompido o trabalho, com desmaios freqüentes, durante vários dias alegando terem visto o demônio em pessoa circulando e as observando pelas dependências da fábrica. As aparições só terminaram quando a direção da empresa, aconselhada pelos mestres e contramestres da seção, mas também cobrados pelas próprias operárias, todos muitos católicos, decidiram chamar um padre para celebrar missa e benzer as novas instalações da fábrica. Obviamente o caso teria caído rapidamente em esquecimento, não fosse ali a presença de um adolescente que desempenhava serviços auxiliares de escritório,

²⁷ Nadir Jornal, ano III, São Paulo, Junho de 1953, n. 40, p. 1

²⁸ Nadir Jornal, ano I, São Paulo, junho de 1950, n. 04, p. 9.

testemunho ocular do ocorrido, que anos depois veio a se tornar o conhecido sociólogo paulista José de Souza Martins que publicou em 1993 um texto sobre o assunto, numa tentativa, podemos dizer, de realizar um ensaio de ego-sociologia²⁹.

Nossa intenção não é reproduzir aqui toda a rica análise de Martins sobre o significado do episódio. Mas não deixa de ser curiosa a coincidência de ter ocorrido justamente numa empresa da família de Roberto Simonsem, citado acima na entronização de Cristo no prédio da FIESP. Trata-se de um acontecimento aparentemente banal no seu contexto e desdobramentos. Mas que nas mãos de um observador habilidoso pode apresentar-se como indício de dimensões essenciais da realidade social. Pode mesmo ser encarado como um exemplo daquelas manifestações indiciárias, como quer Ginzburg (2011), que independente de sua aparente insignificância e transitoriedade, e de sua marginalidade no conjunto maior dos processos sociais, apontam para a essência mesma desses fenômenos. Na abordagem proposta por Martins, a ênfase recai sobre o modo como o imaginário religioso das trabalhadoras envolvidas no episódio, imaginário religioso arcaico identificado com as tradições e crenças populares do mundo rural, instituíram um conjunto de referenciais culturais a partir das quais captaram e interpretaram a realidade de um processo de transição e crise por que passavam as condições técnicas e organizacionais da produção, bem como as relações de trabalho, na empresa naquele período. Imaginário “pronto a dar uma coerência arcaica a um presente contraditório e sem sentido, porque nele a significação foi separada do vivido” (MARTINS, 1993: 20). Ou seja, os impactos de novas formas de organização da produção percebidos enquanto destruturadores de certa rotina e valores embutidos e assimilados a longo tempo. Martins não deixa de apontar também para certo processo de resistência que no final das contas não impediu, antes permitiu, a adaptação e acomodação a uma nova rotina e novos valores exigidos pelo mundo fabril num contexto de mudança.

O caso é interessante porque em parte difere daqueles mencionados acima. As experiências relatadas até agora apontavam para as iniciativas dos próprios patrões no sentido de envolver o ambiente fabril num clima de harmonia religiosa e exemplos de cooperação e conduta moral onde a Família Sagrada surgia como modelo paradigmático. Este último caso, no entanto, a intervenção da Igreja, personificada no padre, acontece em função de uma demanda dos próprios trabalhadores. Pois, segundo Martins, a crise não foi lida enquanto dimensão do conflito de classes, subjacente naquele momento, mas a partir da ruptura entre o sagrado e o profano, acionando então mecanismos compensatórios de reconciliação simbólica. Mas os casos se aproximam no sentido de indicar todo um universo de crenças, valores e sentimentos religiosos compartilhados de modo indistinto pelas diferentes classes sociais naquele momento da história da sociedade brasileira. Constatação que retira das iniciativas patronais o caráter de mero oportunismo e de intenções manipuladoras, mas também retira das crenças populares o rótulo de credices ingênuas. Tudo isso, entretanto, sem inviabilizar a análise desse universo dentro

²⁹ Ver MARTINS, 1994. Falo em ego-sociologia em referência ao conhecido livro: CHAUNU, Pierre; DUBY, Georges; LEGOFF, NORA, Pierre [ET al.] Ensaio de Ego-História. Lisboa/Rio de Janeiro:Edições 70,s.d.

das dinâmicas complexas das relações de dominação e resistência presentes nas relações sociais.

De modo geral, e não deixando de cair num certo esquematismo, poderia se dizer que as iniciativas patronais mobilizaram esse imaginário religioso no sentido de restituir simbolicamente a nova realidade fabril, bem como as novas formas sociais de uso e controle da força de trabalho, nas práticas tradicionais de comando e poder típicas do mundo rural e senhorial, das fazendas de café e outras produções³⁰. Levando em conta que a lógica de nosso desenvolvimento industrial assentou-se mais no processo de exploração extensiva e intensiva do trabalho do que na incorporação sistemática e global de tecnologia. Ou seja, como demonstra o caso da fábrica estudada por Martins, e outras, considerando a necessidade de combinar realidades distintas e descompassadas de organização da produção, moderna e tradicional, dentro da mesma unidade produtiva, os recursos tidos como tradicionais de controle social, religioso no caso, transformaram-se em condição essencial de emergência do moderno. Se os padrões experiencializaram esse processo na passagem da fazenda para a fábrica, os trabalhadores a sentiram na passagem da fábrica tradicional, manchesteriana no modo como se implantou no Brasil, para a fábrica moderna que inicia a incorporação de práticas, procedimentos, técnicas e recursos do taylorismo e do fordismo.

Indicamos alguns casos pontuais e não um levantamento sistemático dessas experiências. Porém, considerando que suas ocorrências situam-se em diferentes momentos de um processo maior de transição da sociedade brasileira, a saber, de uma estrutura aristocrática, agrária e exportadora, para outra, burguesa, industrial e urbana, estamos sugerindo que os fatos narrados apontam, em primeiro lugar, para as especificidades do modo como esse processo de mudança ocorreu no Brasil. Mas apontam também para o papel que a Igreja Católica e a religião acabaram por desempenhar nele. O que temos de comum aqui é, sobretudo o modo como a religião, o catolicismo oficial, bem como esse universo mais complexo das crenças populares, foi mobilizado no sentido responder aos aspectos mais ameaçadores da nova ordem capitalista. Em primeiro lugar, naquilo que ela tem de mais difícil na ótica do catolicismo, ou seja, a abstração e a impessoalidade do mercado marcada por uma racionalidade econômica que não pode se submeter a uma regulação ética uma vez que sua estrutura não depende de vontades individuais. Nas palavras de Weber: “A reificação da economia com base na socialização pelo mercado segue totalmente suas próprias leis objetificadas... O universo reificado do capitalismo, finalmente, não oferece qualquer espaço para uma inclinação caritativa”³¹

³⁰ Vários estudos sobre os primeiros empresários industriais no Brasil apontam para a proximidade de origem entre fazendeiros e industriais. Ver DEAN, 1997.

³¹ Trecho citado por LOWY (2000: 38)

Por outro lado, naquilo que ela contém de diabólico aos olhos do imaginário coletivo, que frequentemente pode ser compartilhado com diferentes setores da sociedade. Ou seja, estamos aqui nos referindo à potência misteriosa percebida na tecnologia e na racionalização, principalmente quando aplicadas na organização e relações de trabalho. A obra de Marx, por exemplo, está repleta de metáforas religiosas. Um livro inteiro já foi escrito sobre o assunto. O que não quer dizer necessariamente que via o capitalismo como religião. A literatura do século XIX traz exemplos dessa visão mágica e demoníaca sobre a ciência. Ver, por exemplo, *Frankenstein* de Mary Shelley de 1818. Na Inglaterra, no início da Revolução Industrial era comum a referência às fábricas demoníacas³². Mesmo aqui no Brasil, os jornais anarquistas no início do século XX, construíram todo um vocabulário para nomear seus patrões, revelando um imaginário no qual a riqueza e aqueles que comandam e concentram a produção da riqueza, são intrinsecamente maus. Na Primeira República, a imprensa operária acumulou um arsenal de imagens e terminologias específicas a respeito dos elementos mais comuns que compunham o quadro geral da vida operária. "Vocabulário de insultos", na expressão de Michelle Perrot (PERROT, 1988), aponta para aspectos desse imaginário. Revela ainda a acidentada trajetória percorrida pela consciência operária no processo da sua formação. No discurso militante, palavras como fábrica, habitação, Estado e Patrão, jamais vinham desacompanhadas dos seus "sinônimos": prisão, inferno, galeras, pocilgas, tiranos, algozes, opressores, ociosos e vampiros.

A leitura dos jornais anarquistas da época são reveladores: "Os proprietários deste ergástulo são os Sr. Brito Gomes & Cia., verdadeiros tipos de vampiros...", "Bandidos ! Canalhas !", "Para demonstrar até que ponto levam os SR. Brito Gomes & Cia a sua audaz voracidade de gananciosos, basta olhar a tabela de preços que ali vigora ...", "Pelo que acima expus fica patenteado que a fábrica de fósforos 'A Paulicéia' é o covil de vampiros ...", "São os operários que toleram as infâmias destes grandes patifes ...", "Enquanto houver operários que querem tão mal às suas famílias, que até permitem que seus parentes continuem a ser vítimas destes chupadores de sangue humano ... os patrões continuarão exercer sobre eles a sua ação criminoso.", "Desgraçados capitalistas ...", "Estes nojentos exploradores ...", "miserável explorador ...", "esses homens (fazendeiros burgueses), obcecados pelo brilho do ouro não se lembram de que são 'vampiros vorazes' que sugam o sangue do trabalhador...", "Toda uma raça de vorazes esquiladores ..."³³

Mas no conjunto, é visível a relação que vai se estabelecendo entre um conjunto de elementos e o ideal de construção da nação. Ponto esse central no ideário do Nacional-desenvolvimentismo. Temos a incorporação de elementos retirados do fordismo e taylorismo, como aparece na organização do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) nos anos de 1940 e 1950; isso associado com uma proposta corporativista de organização da vida social e política; e a Igreja Católica e religião cristã fazendo as vezes de elemento e força de coesão e articulação do conjunto.

³² Ver HOBBSAWM, 1981.

³³ Jornais como "A Luta Operária" 4/03/1908; "Vanguarda" 15/07/1902; "Avanti" 25/07/1902, entre outros.

Não apenas contribui para a naturalização de determinadas hierarquias sociais, mas indica a construção de um certo modo de vida cristão associado ao projeto de construção de nação cristã. Nesse processo, acaba por conservar, renovando, características duradouras da sociedade brasileira, ou seja, as marcas da sociedade senhorial onde as regras e interesses do espaço privado se sobrepõem ao espaço público, a reprodução continuada das hierarquias, seguida das relações de tutela e mando, e a vigência sempre recorrente do autoritarismo mobilizador e desmobilizador³⁴. Nesse sentido, temos aqui alguns elementos que terminarão por definir a matriz constitutiva da Igreja no Brasil moderno. A importância e o peso da neocristandade se direcionam não apenas no sentido de definir uma forma de organização institucional e exercício de uma função, mas principalmente na forma de estruturação da instituição, e portando condicionadora de suas dinâmicas. Mas que no momento atual parece correr o risco de esfacelamento.

Bibliografia

- ARRIGHI, Giovanni. *Costume e inovação: ondas longas e estágios do desenvolvimento capitalista*. In: *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1997, p 19-52.
- AZEVEDO, Aldo Mario de. Desordem (o micróbio do acidente). *Revista do IDORT*, nº 81, setembro de 1938, pp.206-207.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, B.(org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 4 volume. São Paulo: Difel, 1989, p. 271-342.
- BLAY, Eva A. *Eu não tenho onde morar*. Vilas Operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. “Gênese e estrutura do campo religioso”. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p.27-78.
- BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CAVA, Ralph Della. “Igreja e Estado no Brasil do séc. XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1919-1964”. *Estudos Cebrap*, n. 12, abr-jun, 1975.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1997.
- DECCA, M.G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEBRUN, Michel. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HOBSBAWM, Eric. “A história e as “Satânicas Fábricas Escuras””. In: *Os trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- IBANEZ, A.H. *Antología Del Renacimiento a La Ilustración*. México, Universidade Autónoma de Mexico, 1972.
- LENHARO, Alcír. *Sacralização da política*. Campinas/SP: Papirus, 1986.
- LIMA, Alceu Amoroso. O escotismo na indústria. *A Ordem*. Vol. XLIII, n. 1-2, Jan-Fev de 1950, p.54-65.
- LOWY, Michael. Religião e política: revisitando Marx e Weber. In: *A guerra dos deuses. Religião e política na América Latina*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p11-55.

³⁴ Ver Debrun, 1983.

- LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARIA, Pe Julio. *O Catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro, 1900: Agir, 1950
- MARTINS, José de Souza. A imagem incomum: a fotografia dos atos de fé no Brasil. *Estudos Avançados*, 16 (45), São Paulo, 2002, p.223-260.
- MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Tempo Social; Revista de Sociologia*. USP, São Paulo, 5(1-2): 1-29, 1993 (editado em Nov de 1994)
- MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Idéias sociais de Jorge Street*. Senado Federal, Fundação Casa Rui Barbosa, MEC. Brasília; Rio de Janeiro, 1980.
- MACHADO NETTO, Brasileiro. “Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Deputado Brasileiro Machado Netto, DD. Presidente da Assembléia Legislativa, em homenagem ao Sr. Morvan Dias de Figueiredo”, in: *NADIR JORNAL*, ano I, n.4, São Paulo-Junho de 1950, pp.8.
- NADIR JORNAL* – Órgão Informativo dos Auxiliares da Nadir Figueiredo Ind. E Com. S.A – Distribuição Interna. Diretor Moises Rossi. Anos de I a IV, 1950 a 1954.
- PAOLI, Maria C. Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, 3(7): 40-66, 1989.
- PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PIERUCCI, A.F. “Bye bye, Brasil”. O declínio das religiões no Censo 2000. *Estudos Avançados*, 18 (52), 2004, pp. 17-28.
- PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael. *A classe operária no Brasil 1889-1930*. Documentos vol II. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 214-219.
- PINTO, EDÉLCIO PEREIRA. Depoimento. In: REIS, Daniel e HERRERO, Rodrigo. “Vila Maria Zélia: histórias de uma São Paulo de ontem, hoje e sempre”, Documentário áudio-visual média metragem, 2010. <https://docmariazelia.wordpress.com/tag/documentario/>. Acesso 02 junho de 2015.
- RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SÃO PAULO ALPARGATAS COMPANY. *Relatório da São Paulo Alpargatas Company*. São Paulo, 1917-1946.
- SÃO PAULO ALPARGATAS COMPANY. *Saudação dirigida pelo Sr. Donald Mc Quillen aos operários e empregados da São Paulo Alpargatas S.A em 24 de Dezembro de 1942*. São Paulo, 1942, p.3.
- SIMONSEN, R. *A imagem de Cristo na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1942.
- SOUZA, Jessie Jane V de. Intermediações religiosas no processo de disciplinamento do mundo do trabalho no Brasil (1940-1960). In: *PROHAL MONOGRÁFICO*, Revista Del Programa de História de América Latina. Vol. 2. Primera seccion: vitral Monográfico n.2. Instituto Ravignani, Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2010, pp-4-25.
- TEIXEIRA, Palmira P. *A fábrica do sonbo*. Trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, vol. II, A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VARGAS, Getúlio. "Discurso de 1º de Maio". *Cultura Política*. ano III, nº28, junho de 1943. pp.7-14.